

Ambiente e conduzir o alargamento do âmbito de actuação da autarquia na área do ambiente e recursos hídricos.

Desde Abril de 2005 — Coordenador do Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal de Mértola com funções ao nível do âmbito de competências do gabinete, destacando-se: Recolha e estudo de toda a informação que possibilite a elaboração de propostas de sistemas, métodos e técnicas que assegurem a efectiva qualidade e controlo da água, dos efluentes e dos resíduos, em articulação e com o parecer das entidades tutelares; Promover as acções de vistoria das instalações, propondo o encerramento das que não cumpram as normas em vigor; Colaborar no planeamento e na definição de estratégias relativas ao saneamento básico; Emitir parecer sobre o licenciamento de estruturas ou actividades susceptíveis de provocar danos ambientais ou que contribuam para a ineficiência do funcionamento de estruturas de saneamento básico; Identificar a necessidade de limpeza e desobstrução de linhas de água, bem como outras medidas e acções ao nível do domínio hídrico em geral, destinadas a proteger pessoas e bens; Propor e implementar as medidas possíveis para assegurar a preservação da qualidade da água na origem, face ao normativo legal e às condicionantes e especificidades locais.

5 — Outras actividades

Participação em diversos encontros e reuniões técnico-científicas, incluindo apresentação de temas relacionados com a gestão de recursos hídricos.

Orientação de estágios profissionais no âmbito dos programas do IIEFP e do PEPAL.

Participação e presidência em diversos júris de concursos de pessoal técnico e técnico superior.

Participação e presidência em comissões de avaliação de propostas em concursos públicos, incluindo internacionais, para a aquisição de bens e serviços na área do controlo da qualidade da água, sistemas de tratamento, serviços de operação e manutenção de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Despacho n.º 5492/2009

Considerando que foram desenvolvidos todos os procedimentos conducentes à nomeação do Mestre Rui Inácio Marreiros no cargo de Chefe de Divisão da unidade de Fiscalização e Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, unidade orgânica de direcção intermédia de 2.º grau, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ARH do Alentejo, I. P., conforme consta do Despacho n.º 23/PRE/08 de 14 de Novembro, determino que a presente nomeação produza efeitos a 01 de Dezembro de 2008.

19 de Novembro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5493/2009

Considerando que:

a) A Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, criou, no seu artigo 9.º, as Administrações de Região Hidrográfica, abreviadamente designadas por ARH, I. P., tendo o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, desenvolvido o seu regime jurídico, determinando o seu artigo 8.º que a organização interna das mesmas constaria dos seus estatutos, de acordo com o estatuido no artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril;

b) Os estatutos das diversas ARH, I. P. foram aprovados pela Portaria n.º 394/2008, de 5 de Junho, constando do Anexo IV da mesma os estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P. (ARH do Alentejo, I. P.);

c) O n.º 4 do artigo 3.º dos Estatutos da ARH do Alentejo, I. P., determina que por decisão do Presidente podem ser criadas, modificadas ou extintas unidades orgânicas de 2.º grau, designadas por divisões ou gabinetes, cujo número não pode exceder, em cada momento, o limite máximo de 10, sendo as competências das mesmas definidas, igualmente, pelo dirigente máximo;

d) Através do Despacho n.º 3/PRE/ARH Alt, de 1 de Outubro, foram criadas as unidades orgânicas de 2.º grau, e definidas as respectivas competências, pelo que se revela agora necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora criadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à ARH do Alentejo, I. P.;

Assim, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ARH do Alentejo, I. P., nomeio na presente data os dirigentes das unidades orgânicas de direcção intermédia de 2.º grau abaixo indicados, com efeitos para o início de funções a 01 de Janeiro de 2009, porquanto os licenciados a nomear possuem os requisitos legais exigidos, o perfil, competências e experiência profissionais, bem como, os conhecimentos técnicos es-

pecíficos, conforme decorre dos respectivos currículos académicos e profissionais, que serão determinantes na prossecução das atribuições e competências cometidas à respectiva unidade orgânica:

A licenciada Maria de Fátima Ramalho Branquinho, Chefe de Divisão de Informação e Comunicação, da ARH do Alentejo, I. P.;

A licenciada Ana Cristina Projecto Falcão, Chefe de Divisão de Gestão de Utilizações do Litoral, da ARH do Alentejo, I. P.;

O licenciado José Miguel Caeiro Bernardino, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, da ARH do Alentejo, I. P.;

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

12 de Dezembro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Nota Curricular

Dados Pessoais

Nome: Maria de Fátima Ramalho Branquinho

Habilitações Académicas

Licenciatura em Comunicação Social pela Universidade da Beira Interior em 31 de Outubro de 1995

Carreira Profissional

Em Outubro de 2008 inicia funções na Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., como coordenadora da Divisão de Informação e Comunicação;

Em Julho de 2007, através do Despacho Interno n.º 11-VPR2/07, passa a coordenar o Núcleo de Informação e Documentação da Divisão de Informação e Informática da CCDRALentejo;

Em Maio de 2007, com a implementação da nova Lei Orgânica da CCDRALentejo, passa a desempenhar funções de Técnica Superior Principal na Divisão de Informação e Informática;

Em Junho de 2005, através do Despacho n.º 12 436/2005 (DR 2.º série), é nomeada, em regime de substituição, para o cargo de chefe de Divisão do Centro de Documentação e Informação da CCDRALentejo;

Em Dezembro de 2003, através do Despacho Interno n.º 32-Pre/03, é designada Responsável pela Divisão do Centro de Documentação e Informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, enquanto não for publicada a nova Lei Orgânica da CCDRALentejo;

Em Janeiro de 2002 assume a coordenação da Divisão do Centro de Documentação e Informação da CCRALentejo em virtude da titular do cargo ter saído para desempenhar funções noutra entidade;

Promovida no quadro de pessoal da CCRALentejo (Despacho de 23/02/00) à categoria de Técnica Superior de 1.ª Classe no Centro de Documentação e Informação, onde desempenha funções na área da assessoria de imprensa e relações públicas;

Nomeação definitivamente no quadro de pessoal da CCRALentejo (Despacho de 04/06/99), na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe no Centro de Documentação e Informação, onde continua a desenvolver trabalhos na área da assessoria de imprensa e relações públicas;

Contrato de Trabalho a Termo Certo (a partir de 01/03/97), para exercer as funções de Técnica Superior de 2.ª Classe no Centro de Documentação e Informação da CCRALentejo, na área da assessoria de imprensa e relações públicas;

Aquisição de Serviços (16/11/95 a 01/10/96) e Contrato de Prestação de Serviços (07/10/96 a 28/02/97) para realizar, no Centro de Documentação e Informação da CCRALentejo, diversas tarefas relacionados com a assessoria de imprensa e relações públicas;

Estágio de 6 meses (com início em 17/04/95) na área da Informação e Relações Públicas, no Centro de Documentação e Informação da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo para traçar um cenário ou projecto para criação de um núcleo ou gabinete de assessoria de imprensa e relações públicas na CCRALentejo.

Nota Curricular

Identificação:

Ana Cristina Projecto Falcão

Formação Académica, Complementar e Profissional:

1998 — Licenciatura em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora.

2000 — Pós-Graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências e Tecnologia;

Diversos cursos de curta e média duração, em especial na área do ambiente.

Actividade Profissional:

De Abril 1996 a Julho 1996 — Estagiária na DRARN-LVT;
De Agosto 1996 a Junho 1998 — Contrato de tarefa na DRARN-LVT;
De Julho 1998 a Julho 1999 — Contrato a termo certo na DRARN-LVT;
De Agosto 1999 a Maio 2000 — Nomeada precedendo de concurso na DRARN-LVT;
De Junho 2000 a Outubro 2001 — Reclassificada na categoria de Técnica Superior de 2.ª classe em lugar no quadro da DRARN-LVT;
De Novembro 2001 a Junho 2002 — Requisitada na categoria de Técnica Superior de 2.ª classe no Instituto de Resíduos;
De Julho de 2002 a Março 2004 — Técnica Superior de 2.ª classe da CCDRLVT;
De Abril de 2004 a Janeiro 2005 — Coordenadora da Divisão Sub-Regional de Setúbal da CCDRLVT;
De Fevereiro de 2005 a Fevereiro de 2008 — Transferência para o quadro do ICNB na categoria de Técnica Superior de 2.ª classe do ICNB — Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
De Março de 2008 a Dezembro 2008 — Directora-Adjunta do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Informação complementar:

Março de 2006 — nomeada Coordenadora Operacional do POOC Sines-Burgau.
Abril 2006 a Fevereiro 2008 — representante do PNSAC em Conselhos Cinegéticos Municipais (Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo, Portimão, Silves, Monchique e Lagoa)

Experiência Profissional mais relevante:

Levantamento, coordenação da informação de campo e análise técnica relativa a processos de licenciamento das utilizações do domínio hídrico. Apoio técnico na coordenação operacional das actividades de apoio ao planeamento e gestão do domínio hídrico, bem como na conservação e valorização da rede hidrográfica. Fiscalização e controlo do cumprimento da legislação nos diferentes domínios das competências da DRAOT-LVT. Enquadramento técnico na equipa de fiscalização afecta à Divisão Sub-Regional de Setúbal. Acompanhamento de acções de remoção de resíduos. Representante em vistorias no âmbito do REAI. Monitorização de águas superficiais e águas residuais. Fiscalização e apoio técnico em áreas afectas ao DPM. Participação em comissões de avaliação de impacto ambiental. Emissão de pareceres relativos à deposição de resíduos e à descontaminação de solos. Coordenação de serviço e pessoal. Preparação de procedimentos para implementação do POOC Sines-Burgau. Emissão de pareceres e acompanhamento da execução de intervenções em DPM. Análise técnica e elaboração de pareceres no âmbito do POOC. Representante do PNSACV em comissões de vistoria e em comissões de avaliação de estudos de impacto ambiental. Implementação dos mecanismos de alteração do POOC Sintra-Sado. Acompanhamento da revisão dos instrumentos de gestão territorial. Acompanhamento de estudos de impacto ambiental. Acompanhamento de planos de intervenção em espaço rural. Organização de equipas de trabalho na área do ordenamento (litoral). Acompanhamento de candidaturas QREN.

Nota Curricular

Nome: José Miguel Caeiro Bernardino.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade de Évora, em Julho de 1997;

Formação complementar relevante:

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA, em Dezembro de 2007;
Especialização em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade de Évora, em Janeiro de 2003;

Outra formação complementar:

Código dos Contratos Públicos (NUFOR, Julho de 2008);
Promoção de Competências Assertivas no Relacionamento Interpessoal (NUFOR, Julho de 2006);
Contabilidade Pública — A Valorimetria dos Imobilizados na Administração Pública (CTOC, Novembro de 2005);
Avaliação do Desempenho (NUFOR, Novembro de 2004);
Gestão do Tempo (NUFOR, Outubro de 2003);
O Balanço Social na Administração Pública (NUFOR, Dezembro de 2002);

Gestão dos Concursos de Pessoal (NUFOR, Outubro de 2002);
Gestão do Património do Estado (NUFOR, Novembro de 2001);
Gestão do Aproveitamento (NUFOR, Outubro de 2001);
Liderança de Equipas de Trabalho (NUFOR, Outubro de 2001);
Código do Procedimento Administrativo (NUFOR, Junho/Julho de 2001);
O CIBE para Cumprimento do POC-Educação (S. A. S. U. MINHO, Janeiro de 2001);
Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação — POC-Educação (S. A. S. U. Minho, Setembro de 2000);
Gestão Orçamental nos Serviços Públicos (NUFOR, Novembro de 1999);
Formação Pedagógica Inicial de Formadores (IEFP Évora, Setembro/Novembro de 1998).

Carreira e categoria:

Técnico Superior de 2.ª Classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal não docente da Universidade de Évora, desde Maio de 2002.

Actividade profissional relevante:

De 14/08/2007 a 13/02/2008, nomeado, em regime de substituição, Chefe da Divisão de Recursos Físicos e Financeiros da Universidade de Évora;
De 12/07/2004 a 13/08/2007, nomeado Coordenador da Secção de Contabilidade da Universidade de Évora;
Funcionário dos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, desde Julho de 1997;
Técnico Oficial de Contas, entre 2000 e 2002;
Leccionação de módulos e acções de formação, num total de 115 horas.

Despacho n.º 5494/2009**Considerando que:**

A edificação da capacidade financeira da ARH do Alentejo, I.P. tem por motivação central contribuir para a protecção, ou recuperação, do bom estado de qualidade das águas, nela integrando a defesa e valorização dos recursos hídricos nas suas múltiplas vertentes;

O princípio de que os custos dos serviços devem ser, tendencialmente, suportados pelos respectivos utilizadores, sendo esse um dos aspectos basilares das orientações conducentes à racionalização da administração, permitindo melhorar a sua eficácia;

Este princípio tem como corolário a melhoria objectiva da prestação desses serviços e o aumento efectivo do grau de satisfação por parte dos utentes que aos mesmos recorrem.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, e de acordo com as competências que me são atribuídas pela conjugação do artigo 25.º A com o artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações e redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril) e na sequência da superior aprovação por parte do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, conferida por seu despacho com data de 20 de Novembro de 2008, no exercício das competências que lhe estão cometidas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 41.º e atendendo ao disposto no n.º 7 dessa mesma norma da Lei Quadro os Institutos Públicos, determino:

1 — A entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009, da tabela dos serviços prestados pela Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P., concretizada pela lista de preços anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

2 — Os valores definidos na tabela referida no número anterior serão actualizados anualmente, de acordo com o índice correspondente à taxa de inflação do ano anterior, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística I.P.

2 de Dezembro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Lista de preços**Tabela I**

Averbamentos, certidões, certificação de documentos e reproduções:

a) Averbamentos em processos administrativos — € 10,00;
b) Emissão de certidões e certificação de documentos integrantes de processo administrativo:

1 — Por cada certidão até 10 laudas ou páginas — € 150,00;
2 — Por cada lauda ou página além de 10 — € 10,00.